Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014 9

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

Comentário do Desempenho 12

Notas Explicativas 17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 47

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 49

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 50

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	450.712
Preferenciais	0
Total	450.712
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	556.632	526.662
1.01	Ativo Circulante	500.713	130.620
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.717	11.415
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.670	19.763
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	142	19.763
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11.528	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11.528	0
1.01.03	Contas a Receber	69.950	66.205
1.01.03.01	Clientes	69.950	66.205
1.01.04	Estoques	865	816
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.241	10.656
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.241	10.656
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	386.270	21.765
1.01.08.03	Outros	386.270	21.765
1.01.08.03.01	Titulos de Credito a receber	1.496	395
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros	28.960	0
1.01.08.03.03	Baixa renda e outros creditos	47.544	21.370
1.01.08.03.04	Contas a receber da concessão	308.270	0
1.02	Ativo Não Circulante	55.919	396.042
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.606	366.930
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.031	11.504
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.031	11.504
1.02.01.03	Contas a Receber	8.207	8.207
1.02.01.03.01	Clientes	8.207	8.207
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.368	347.219
1.02.01.09.03	Títulos e créditos a receber	524	2.230
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	7.713	8.200
1.02.01.09.05	Creditos tributarios	12.892	17.329
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	1.458	1.634
1.02.01.09.07	Contas a receber da concessão	0	285.875
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros	385	31.295
1.02.01.09.09	Outros	396	656
1.02.02	Investimentos	1.669	2.565
1.02.02.01	Participações Societárias	1.669	2.565
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.669	2.565
1.02.03	Imobilizado	6.435	6.843
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.435	6.843
1.02.04	Intangível	15.209	19.704
1.02.04.01	Intangíveis	15.209	19.704

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	556.632	526.662
2.01	Passivo Circulante	336.495	309.327
2.01.02	Fornecedores	33.715	38.840
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	238.908	206.908
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	176.912	146.857
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.492	41.522
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	143.420	105.335
2.01.04.02	Debêntures	61.996	60.051
2.01.05	Outras Obrigações	63.872	63.579
2.01.05.02	Outros	63.872	63.579
2.01.05.02.04	Encargos de Dívidas	4.290	2.529
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	919	1.497
2.01.05.02.06	Encargos do consumidor a recolher	610	347
2.01.05.02.07	Beneficios a empregados-plano de pensao	329	351
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	3.658	2.484
2.01.05.02.09	Tributos e contribuições sociais	24.341	25.295
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	13.000	13.000
2.01.05.02.11	Outras contas a pagar	16.725	18.076
2.02	Passivo Não Circulante	129.239	153.440
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	108.888	136.161
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	108.888	136.161
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	68.567	65.884
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	40.321	70.277
2.02.02	Outras Obrigações	20.351	17.279
2.02.02.02	Outros	20.351	17.279
2.02.02.02.03	Fornecedores	744	744
2.02.02.02.04	Tributos e contribuições sociais	9.023	7.359
2.02.02.02.05	Parcelamentos de impostos	0	499
2.02.02.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, civeis e fiscais	6.268	5.740
2.02.02.02.07	Beneficios a empregados-plano de pensão	1.895	1.626
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	2.421	1.311
2.03	Patrimônio Líquido	90.898	63.895
2.03.01	Capital Social Realizado	44.171	44.171
2.03.02	Reservas de Capital	7.921	7.921
2.03.02.07	Subvenções para investimentos	7.921	7.921
2.03.04	Reservas de Lucros	18.382	11.921
2.03.04.01	Reserva Legal	8.832	8.832
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.693	1.693
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.396	1.396
2.03.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	6.461	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.542	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-118	-118

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	115.882	355.134	113.783	348.639
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.374	-260.789	-74.706	-253.345
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-55.353	-158.456	-40.186	-136.774
3.02.02	Encargo uso sistema transm.distribuição	-7.681	-24.099	-9.206	-27.047
3.02.03	Pessoal e administradores	-6.483	-18.513	-4.730	-13.963
3.02.04	Entidade de previdência privada	-27	-83	-7	-21
3.02.05	Material	-714	-1.823	-470	-1.749
3.02.06	Serviços de terceiros	-4.415	-13.439	-4.027	-13.008
3.02.07	Depreciação e amortização	-4.276	-12.442	-3.794	-11.261
3.02.08	Provisões para riscos	-36	-258	687	742
3.02.09	Custo de contrução	-11.708	-29.851	-12.419	-48.472
3.02.10	Outras	-310	-1.189	-437	-1.486
3.02.11	Custo serviços prestados a terceiros	-371	-636	-117	-306
3.03	Resultado Bruto	24.508	94.345	39.077	95.294
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.529	-47.441	-14.075	-39.779
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.284	-9.283	-3.146	-8.446
3.04.01.01	Pessoal e administradores	-154	-392	-602	-1.860
3.04.01.03	Material	-213	-778	-211	-534
3.04.01.04	Serviços de terceiros	-1.983	-5.847	-1.936	-5.717
3.04.01.05	Depreciação e amortização	-14	-44	-16	-47
3.04.01.06	Provisão p/créidtos de liquidação duvidosa	-871	-1.706	-253	78
3.04.01.07	Outras	-49	-516	-128	-366
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.452	-38.487	-11.083	-31.514
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-2.457	-8.094	-2.028	-5.984
3.04.02.02	Entidade de previdência privada	-344	-2.265	-102	-276
3.04.02.03	Material	-308	-856	-258	-715
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-7.466	-21.412	-7.165	-19.748
3.04.02.05	Depreciação e amortização	-680	-2.035	-505	-1.514

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.04.02.07	Outras	-1.197	-3.825	-1.025	-3.277
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	797	2.666	1.133	2.548
3.04.04.01	Outras	797	2.666	1.133	2.548
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-590	-2.337	-979	-2.367
3.04.05.01	Outras	-590	-2.337	-979	-2.367
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.979	46.904	25.002	55.515
3.06	Resultado Financeiro	-13.598	-15.723	-761	-11.594
3.06.01	Receitas Financeiras	-150	10.947	7.279	16.897
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	515	1.888	1.512	3.069
3.06.01.02	Variação monet.e acrescimo moratorio de energia	1.425	4.293	1.250	4.187
3.06.01.03	Atualização contas a receber de concessão VNR	-1.608	3.788	4.075	8.405
3.06.01.04	Outras receitas	-482	978	442	1.236
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.448	-26.670	-8.040	-28.491
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-5.410	-15.379	-5.589	-14.909
3.06.02.02	Encargos de dívidas - variação monet.cambial	-19.503	-8.939	72	-12.034
3.06.02.03	(-) Transferencia p/ ordens em curso	303	579	337	732
3.06.02.04	Ajuste valor presente	291	350	-35	-22
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-3.497	64	632	-4.319
3.06.02.06	Instrumentos Financeiros derivativos	16.517	3.585	-836	10.069
3.06.02.07	Outras despesas financeiras	-2.149	-6.930	-2.621	-8.008
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.619	31.181	24.241	43.921
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.677	-10.639	-8.160	-14.720
3.08.01	Corrente	-5.135	-6.202	-5.112	-5.902
3.08.02	Diferido	6.812	-4.437	-3.048	-8.818
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.942	20.542	16.081	29.201
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.942	20.542	16.081	29.201
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.99.01.01	ON	-6,52745	45,57900	35,67910	64,78860
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-6,52745	45,57900	35,67910	64,78860

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.942	20.542	16.081	29.201
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.942	20.542	16.081	29.201

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.602	49.535
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.833	65.111
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	31.181	43.921
6.01.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	18.145	15.118
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.706	-77
6.01.01.04	Provisões para Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	258	-742
6.01.01.05	Depreciação e amortização	14.522	12.822
6.01.01.08	Perda na alienação de bens do imob. e do intangível	-329	-181
6.01.01.09	Marcação a mercado derivativos	-65	4.319
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-3.585	-10.069
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.231	-15.576
6.01.02.01	(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias	-4.643	18.450
6.01.02.03	Diminuição de títulos e créditos a receber	1.164	214
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-49	-183
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-3.098	-659
6.01.02.06	Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculados	176	-188
6.01.02.07	Diminuição de despesas pagas antecipadamente	0	365
6.01.02.08	(Aumento) de outros créditos a receber	-28.223	-20.739
6.01.02.09	(Diminuição) de fornecedores	-4.430	-5.413
6.01.02.11	Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	1.154	-7.245
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-6.646	-2.162
6.01.02.13	(Diminuição) de parcelamento de impostos	-1.077	-956
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	1.174	787
6.01.02.15	Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher	263	-3.337
6.01.02.16	(Aumento) de outras contas a pagar	4	5.490
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-714	-5.802
6.02.01	Aplicações no investimento	896	-447
6.02.02	Aplicações no intangível e imobilizado	-31.829	-42.892
6.02.04	Aplicações financeiras	20.453	25.053
6.02.05	Contribuições do consumidor, União e Estado	7.100	9.936
6.02.06	Alienação de bens do imob. e intangivel	2.666	2.548
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.586	-51.160
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	50.708	32.984
6.03.02	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-60.992	-21.067
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-12.363	-10.564
6.03.04	Pagamento de dividendos	0	-51.651
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	5.600	-862
6.03.06	Aumento de capital com subscrição de ações	6.461	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.302	-7.427
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.415	25.823
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.717	18.396

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	11.921	0	-118	63.895
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	11.921	0	-118	63.895
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	6.461	0	0	6.461
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	6.461	0	0	6.461
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.542	0	20.542
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.542	0	20.542
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	18.382	20.542	-118	90.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	49.056	0	0	101.148
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-269	-269
5.02.01	Perdas Atuariais Líquidas de Tributos	0	0	0	0	-269	-269
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	49.056	0	-269	100.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.531	-13.120	0	-51.651
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.531	0	0	-38.531
5.04.08	Dividendos intercalares	0	0	0	-13.120	0	-13.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.201	0	29.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.201	0	29.201
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	10.525	16.081	-269	78.429

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	499.776	478.500
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	468.386	426.670
7.01.02	Outras Receitas	2.666	2.548
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	30.430	49.204
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.706	78
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-283.347	-276.885
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-199.757	-179.009
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.479	-43.378
7.02.04	Outros	-37.111	-54.498
7.03	Valor Adicionado Bruto	216.429	201.615
7.04	Retenções	-14.522	-12.822
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.522	-12.822
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	201.907	188.793
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.947	16.897
7.06.02	Receitas Financeiras	10.947	16.897
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	212.854	205.690
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	212.854	205.690
7.08.01	Pessoal	25.134	18.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.165	12.299
7.08.01.02	Benefícios	5.626	4.777
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.343	1.408
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	139.179	128.044
7.08.02.01	Federais	49.264	48.895
7.08.02.02	Estaduais	89.766	79.085
7.08.02.03	Municipais	149	64
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.999	29.961
7.08.03.01	Juros	27.248	29.223
7.08.03.02	Aluguéis	751	738
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.542	29.201
7.08.04.02	Dividendos	0	13.120
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.542	16.081

Comentário do Desempenho

Cataguases, 14 de novembro de 2014 – A Administração da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "Energisa Minas Gerais" ou "EMG") apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T14) e dos primeiros nove meses de 2014 (9M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS).

1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 423 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses de 2014 e 2013:

Descrição	9M14	9M13	Variação %
Resultados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	498,3	475,2	+ 4,9
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	468,5	426,7	+ 9,8
Receita Operacional Líquida	355,1	348,6	+ 1,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	325,3	300,2	+ 8,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	46,9	55,5	- 15,5
EBITDA	61,3	68,3	- 10,2
EBITDA Ajustado	65,6	72,5	- 9,5
Resultado Financeiro	(15,7)	(11,6)	+ 35,3
Lucro Líquido	20,5	29,2	- 29,8
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	556,6	530,3	+ 5,0
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	30,4	71,4	- 57,4
Patrimônio Líquido	90,9	78,4	+ 15,9
Endividamento Líquido	324,8	287,3	+ 13,1
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	423,7	412,8	+ 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	897,6	850,3	+ 5,6
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.190,9	1.117,5	+ 6,6
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,94	8,55	+ 0,39 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	18,5	20,8	- 2,3 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,9	3,1	+ 25,8

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

Comentário do Desempenho

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 9M14, a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R$ 468,4 milhões, ante R$ 426,7 milhões registrados em 9M13, um aumento de 9,8% (R$ 41,7 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 8,4% (R$ 25,1 milhões) no período, para R$ 325,3 milhões.

No 3T14, a receita operacional líquida, também deduzida das receitas de construção, aumentou 2,8% (R$ 2,8 milhões) em relação a de igual trimestre do ano passado.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	137,4	131,0	+ 4,9	430,5	393,5	+ 9,4
✓ Residencial	61,6	54,3	+ 13,4	184,5	168,9	+ 9,2
✓ Industrial	17,9	17,3	+ 3,5	50,9	51,2	- 0,6
✓ Comercial	27,8	28,0	- 0,7	96,9	86,9	+ 11,5
✓ Rural	17,0	19,2	- 11,5	59,3	50,2	+ 18,1
✓ Outras classes	13,1	12,2	+ 7,4	38,9	36,3	+ 7,2
(+) Suprimento de energia elétrica	1,8	-	-	1,8	(0,6)	-
(+) Fornecimento não faturado líquido	(0,5)	0,8	- 162,5	(1,7)	(2,8)	- 39,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	7,6	6,8	+ 11,8	21,8	22,5	- 3,1
(+) Receitas de construção	11,7	12,4	- 5,6	29,8	48,5	- 38,6
(+) Outras receitas	5,6	5,1	+ 9,8	16,1	14,2	+ 13,4
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	**163,6**	**156,1**	+ 4,8	**498,3**	**475,2**	**+ 4,9**
(-) Impostos sobre vendas	(44,3)	(39,6)	+ 11,9	(133,0)	(119,1)	+ 11,7
(-) Encargos setoriais	(3,4)	(2,7)	+ 25,9	(10,1)	(7,4)	+ 36,5
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	**115,9**	**113,8**	+ 1,8	**355,2**	**348,7**	**+ 1,9**
(-) Receitas de construção	11,7	12,4	- 5,6	29,9	48,5	- 38,4
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	**104,2**	**101,4**	+ 2,8	**325,3**	**300,2**	**+ 8,4**

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 10.880 novos consumidores cativos e crescimento de 5,6% (aumento de 3,0% no 3T14) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 3.1 deste comentário de desempenho);

- Aumento tarifário médio de 5,31%, que entrou em vigor a partir de 18 de junho de 2014.

2.2 - Despesas operacionais

Em 9M14, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 278,4 milhões (R$ 95,2 milhões no 3T14), aumento de R$ 33,8 milhões (aumento de R$ 18,8 milhões no 3T14) em relação aos 9M13.

As despesas controláveis cresceram R$ 10,3 milhões ou 16,1% (aumento de R$ 3,2 milhões no 3T14) no período, totalizando R$ 74,1 milhões (R$ 24,9 milhões no 3T14). Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram acréscimo de R$ 18,8 milhões (ou 11,5%) em 9M14.

No 3T14, as despesas não controláveis (compra de energia e transporte) apresentaram aumento de 27,7% (R$ 13,7 milhões).

Comentário do Desempenho

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. em R$ milhões	9M14	9M13	Var. em R$ milhões
1 - Despesas controláveis	24,9	21,7	+ 3,2	74,1	63,8	+ 10,3
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	9,4	7,5	+ 1,9	29,3	22,1	+ 7,2
1.2 - Material	1,3	1,0	+ 0,3	3,5	3,1	+ 0,4
1.3 - Serviços de terceiros	14,2	13,2	+ 1,0	41,3	38,6	+ 2,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	63,1	49,4	+ 13,7	182,6	163,8	+ 18,8
3 - Depreciação e amortização	4,9	4,3	+ 0,6	14,5	12,8	+ 1,7
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,9	(0,4)	+ 1,3	2,0	(0,8)	+ 2,8
5 - Outras despesas/receitas	1,4	1,4	-	5,1	5,0	+ 0,1
Subtotal	**95,2**	**76,4**	**+ 18,8**	**278,3**	**244,6**	**+ 33,7**
6 - Custos de construção (*)	11,7	12,4	- 0,7	29,9	48,5	- 18,6
Total	**106,9**	**88,8**	**+ 18,1**	**308,2**	**293,1**	**+ 15,1**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.3 - Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 3T14 representou despesa financeira líquida de R$ 13,6 milhões, contra despesa financeira líquida de R$ 0,8 milhão em igual período do ano passado, ou seja, um aumento de aumento de 1.600% (ou R$ 12,8 milhões). Esse resultado decorre da desvalorização do real perante o dólar no trimestre.

No acumulado em 9M14, o resultado financeiro líquido representou despesa financeira líquida de R$ 15,7 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R$ 11,6 milhões em 9M13, ou seja, aumento de 35,3% (ou R$ 4,1 milhões) no período.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Minas Gerais em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Descrição Valores em R$ milhões	30/9/2014	31/12/2013
Curto Prazo	**244,4**	**211,3**
Empréstimos e financiamentos	176,9	146,9
Debêntures	62,0	60,1
Encargos de dívidas	4,3	2,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,2	1,8
Longo Prazo	**110,8**	**138,3**
Empréstimos e financiamentos	108,9	136,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,9	2,1
Total das dívidas	**355,2**	**349,6**
(-) Disponibilidades financeiras	30,4	42,7
Total das dívidas líquidas	**324,8**	**306,9**

Comentário do Desempenho

2.4 - Resultado e geração de caixa

A Energisa Minas Gerais registrou no 3T14 prejuízo de R$ 2,9 milhões, contra um lucro líquido de R$ 16,1 milhões no 3T13. No acumulado em 9M14, o lucro líquido foi de R$ 20,5 milhões, ante os R$ 29,2 milhões registrados em nove meses do ano anterior. Essa redução do lucro decorre, principalmente, do aumento dos custos com energia comprada e das despesas financeiras no 3T14, decorrentes da desvalorização cambial.

Já a geração operacional de caixa (EBITDA Ajustado) atingiu R$ 15,3 milhões no 3T14, contra os R$ 30,5 milhões apurados no 3T13, uma redução de 49,8%. Em 9M14, o EBITDA Ajustado totalizou R$ 65,6 milhões, redução de 9,5% em relação aos 9M13.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var %	9M14	9M13	Var. %
(=) Lucro Líquido	**(2,9)**	**16,1**	**-**	**20,5**	**29,2**	**- 29,8**
(-) Contribuição social e imposto de renda	1,7	(8,1)	-	(10,6)	(14,7)	- 27,9
(-) Resultado financeiro	(13,6)	(0,8)	+ 1.600,0	(15,7)	(11,6)	+ 35,3
(-) Depreciação e amortização	(4,9)	(4,3)	+ 14,0	(14,5)	(12,8)	+ 13,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**13,9**	**29,3**	**- 52,6**	**61,3**	**68,3**	**- 10,2**
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,4	1,2	+ 16,7	4,3	4,2	+ 2,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**15,3**	**30,5**	**- 49,8**	**65,6**	**72,5**	**- 9,5**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	13,2	26,8	- 13,6 p.p	18,5	20,8	- 2,3 p.p

2.5 - Reajuste tarifário

Em 18 de junho de 2014, foi concedido à Energisa Minas Gerais reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 5,31% percebido pelos consumidores.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em nove meses de 2014, foi reconhecido o montante de R$ 25,0 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R$ 19,3 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

Nos primeiros nove meses de 2014 (9M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) localizados na área de concessão da Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.172,0 GWh (390,7 GWh no 3T14), incremento de 4,8% (aumento de 2,7% no 3T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pelas classes comercial e residencial, que cresceram 8,9% e 8,2%, respectivamente, (aumento de 6,3% e 6,9%, respectivamente, no 3T14) no período. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 0,8% em 9M14 (aumento de 0,6% no 3T14).

Comentário do Desempenho

A energia total distribuída em 9M14 foi de 1.190,9 GWh, ante os 1.117,5 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var %	9M14	9M13	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	**295,0**	**286,4**	**+ 3,0**	**897,6**	**850,3**	**+ 5,6**
✓ Residencial	116,2	108,7	+ 6,9	358,2	331,1	+ 8,2
✓ Industrial	44,6	45,2	- 1,3	128,3	131,2	- 2,2
✓ Comercial	54,4	51,2	+ 6,3	174,9	160,6	+ 8,9
✓ Rural	42,2	44,5	- 5,2	123,0	118,2	+ 4,1
✓ Outras Classes	37,6	36,8	+ 2,2	113,2	109,2	+ 3,7
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	95,7	94,2	+ 1,6	274,4	268,4	+ 2,2
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	**390,7**	**380,6**	**+ 2,7**	**1.172,0**	**1.118,7**	**+ 4,8**
4) Suprimento de energia e não faturado	21,6	0,5	+ 4.220,0	18,9	(1,2)	-
5) Energia Total Distribuída (3+4)	**412,3**	**381,1**	**+ 8,2**	**1.190,9**	**1.117,5**	**+ 6,6**

A Energisa Minas Gerais encerrou os primeiros nove meses de 2014 com 423.672 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,6% superior à registrada em setembro de 2013. Já o número de consumidores livres totalizou 33 no fim de setembro deste exercício, contra 32 em setembro do ano passado.

3.2 - Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica continua sendo foco das ações gerenciais da Energia Minas Gerais visando à contínua redução das perdas de energia elétrica da Companhia, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras.

As perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais situaram em 8,94% nos últimos doze meses encerrados em setembro de 2014, contra 8,55% em relação a igual período terminado em setembro do ano passado.

4 - Investimentos

Em nove meses de 2014, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R$ 36,5 milhões, ante os R$ 43,9 milhões investidos em igual período do ano passado.

5 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais nos primeiros nove meses de 2014 foi de R$ 161 mil, dos quais R$ 138 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R$ 23 mil por serviços relacionados a programas de eficiência energética.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA -** é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 423.706 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais é uma Companhia de capital aberto desde 26 de maio de 1907.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I – fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII – a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 14, 15, 23 e 29, respectivamente.

A Companhia terá sua concessão expirada em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, manifestou, em 15 de outubro de 2012, suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de novembro de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013"), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações contábeis intermediárias. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas. O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a);
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (a);
- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

(a) 1° de janeiro de 2015.
(b) 1° de janeiro de 2016.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
Caixa Econômica Federal	CDB	31/07/2017	100,5% do CDI	1.584	60
Caixa FID	CDB	31/10/2017	100,5% do CDI	794	676
Santander	Debêntures (2)	20/09/2016	103,2% do CDI	10.568	7.550
				12.946	**8.286**
Caixas e bancos				4.771	3.129
Total caixa e equivalente de caixa				**17.717**	**11.415**

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
BES	CDB	01/10/2015	100,0% do CDI	23	32
Bradesco	CDB	23/10/2014	95% do CDI	52	-
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento	-	CDI/SELIC/IPCA+5,7%	-	7.052
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	6	16
FIM Zona da Mata (4)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 115%,0 do CDI	-	2.922
FIM Zona da Mata (4)	Debêntures	15/07/2019	IPCA + 9,23%	-	1.366
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	100,5% a 103,2% do CDI	-	3.370
FIM Zona da Mata (4)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	-	1.985
FIM Zona da Mata (4)	LF	04/05/2015 a 24/05/2021	105,5% a 114,0% do CDI	-	101
FIM Zona da Mata (4)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	-	75
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	-	198
FIM Zona da Mata (4)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	-	719
FIM Zona da Mata (4)	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	IPCA e IGPM	-	1.869
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	61	58
				142	**19.763**

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	1.031	909
Mercantil	DPGE	21/05/2015	112,0% do CDI	11.528	10.595
				12.559	**11.504**
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				**12.701**	**31.267**
Circulante				11.670	19.763
Não circulante				1.031	11.504

Notas Explicativas

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(3) Inclui R$1.173 (R$1.015 em 31 de dezembro de 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

(4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/09/2014	31/12/2013
Residencial	10.319	5.054	554	218	13	46	16.204	15.230
Industrial	9.450	1.277	157	18	5	1.132	12.039	11.189
Comercial	5.457	1.235	194	103	154	94	7.237	7.159
Rural	2.889	1.175	240	63	-	-	4.367	3.995
Poder público:								
Federal	24	6	1	-	-	-	31	31
Estadual	256	65	15	5	-	-	341	322
Municipal	938	237	55	18	-	-	1.248	1.181
Iluminação pública	1.148	21	44	34	-	-	1.247	1.205
Serviço público	1.208	52	18	10	-	-	1.288	1.287
Subtotal - consumidores	**31.689**	**9.122**	**1.278**	**469**	**172**	**1.272**	**44.002**	**41.599**
Concessionárias (2)	1.800	-	-	-	-	8.207	10.007	9.708
Fornecimento não faturado	11.725	-	-	-	-	-	11.725	13.434
Outros	16.062	-	-	-	-	-	16.062	12.882
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(218)	(167)	(3.254)	(3.639)	(3.211)
Total	**61.276**	**9.122**	**1.278**	**251**	**5**	**6.225**	**78.157**	**74.412**
Circulante							69.950	66.205
Não circulante							8.207	8.207

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de setembro de 2014, inclui valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R$11.507 (R$8.207 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de 8.322 em 31 de dezembro de 2013, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R$807(R$1.304 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2014	31/12/2013
Créditos a vencer	3.300	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.334	1.334
	11.507	8.207
(-) Aquisições de energia na CCEE	-	(8.322)
(-) Encargos de serviços do sistema	(807)	(1.304)
	10.700	**(1.419)**

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Notas Explicativas

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Títulos de créditos a receber	5.834	5.982
Ajuste a valor presente	(589)	(939)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(3.225)	(2.418)
	2.020	**2.625**
Circulante	1.496	395
Não circulante	524	2.230

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
Vencidos	3.225
2014	374
2015	1.138
2016	90
2017	75
2018	73
2019 em diante	270
Total	**5.245**

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/09/2014	31/12/2013
Saldo – inicial circulante -31/12/2013 e 31/12/2012	5.629	5.892
Provisões constituídas no período/ exercício	1.341	437
Reversão de provisões no período/ exercício	(106)	(700)
Saldo - final - circulante - 30/09/2014 e 31/12/2013	6.864	**5.629**
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.639	3.211
Títulos de créditos a receber	3.225	2.418

Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

9. Tributos a recuperar

	30/09/2014	31/12/2013
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	9.783	9.402
Imposto de Renda - IRPJ	2.522	543
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	541	21
Contribuição do PIS e COFINS	8.555	8.396
Outros	553	494
	21.954	**18.856**
Circulante	14.241	10.656
Não Circulante	7.713	8.200

10. Revisão e reajuste tarifário

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.737 de 10 de junho de 2014, que aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento médio a ser percebido pelos consumidores de 5,56%, aplicado desde 18 de junho de 2014.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

11. Baixa renda e outros créditos

	30/09/2014	31/12/2013
Baixa renda (1)	3.553	3.398
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	6.134	5.109
Ordens de serviço em curso - outros	321	358
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	76
Adiantamentos	2.037	1.555
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	24.029	4.702
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.830	4.580
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	300
Adiantamento fundo de pensão	8.704	-
Outros	1.332	1.948
Total	**47.940**	**22.026**
Circulante	47.544	21.370
Não circulante	396	656

Segue a movimentação do baixa renda e da Subvenção CDE - Desconto Tarifário:

(1) Baixa renda:

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 31/12/2013 e 31/12/2012	3.398	5.976
Subvenção Baixa Renda	15.644	20.225
Ressarcimento pela Eletrobrás	(15.489)	(22.803)
Saldo - final - circulante - 30/09/2014 e 31/12/2013	**3.553**	**3.398**

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	30/09/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	73.138	36.381
Ressarcimento pela Eletrobrás	(49.109)	(31.679)
Saldo final - circulante	**24.029**	**4.702**

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de maio de 2014 a setembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no próximo trimestre.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo -

Notas Explicativas

Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A,** adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEVP), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo) (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (4)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	8.461	-	3.535	6.461	870
ENF	-	663	-	-	70
ESOL	17.258	-	-	-	-
ESER	128	-	-	-	-
30/09/2014	25.847	663	3.535	6.461	940
30/09/2013	24.339	735	2.703	-	2.515

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

(4) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados no Patrimônio Líquido.

Remuneração dos administradores

Nos primeiros nove meses de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R$311 (R$607 em 30 de setembro de 2013) e da Diretoria foi de R$ 558 (R$1.137 em 30 de setembro de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R$356 (R$299 em 30 de setembro de 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R$214 (R$216 em 30 de setembro de 2013).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de setembro, foram de R$18 e R$1 (R$17 e R$2 em 30 de setembro de 2013), respectivamente. A remuneração média em 30 de setembro de 2014 foi de R$9 (R$9 em 30 de setembro de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o período de 2014 no montante de R$3.448 (R$2.999 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/09/2014	31/12/2013
Ativo		
Prejuízos fiscais	19.713	20.971
Base negativa de contribuição social	8.038	8.478
Total - não circulante	**27.751**	**29.449**
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	10.926	8.912
Contribuição social	3.933	3.208
Total - não circulante	14.859	12.120
Total líquido - ativo não circulante	**12.892**	**17.329**

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	30/09/2014		31/12/2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	78.854	19.713	83.882	20.971
Base negativa da CSSL	89.309	8.038	94.205	8.478
Provisão ajuste atuarial	2.224	756	1.977	672
Provisões para riscos	6.268	2.131	5.740	1.952
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	6.864	2.334	5.671	1.928
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	1.910	650	2.784	947
Variações cambiais passivas	32.967	11.209	34.444	11.711
Ativos regulatórios (CVA´s)	5.721	1.945	16.294	5.540
Ajustes a valor presente	589	200	939	319
Outras adições (exclusões) temporárias	2.796	950	(2.293)	(780)
Marcação a mercado - derivativo	(29.345)	(9.977)	(31.295)	(10.640)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(73.697)	(25.057)	(69.909)	(23.769)
Total - ativo não circulante	**124.460**	**12.892**	**142.439**	**17.329**

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2014	1.324
2015	11.568
Total	**12.892**

Notas Explicativas

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015 e considera que os saldos de impostos diferidos serão realizados através de suas operações. Ainda, a Companhia possui estudos para a realização desses créditos considerando diversos cenários.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(4.619)	31.181	24.241	43.921
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Receita (Despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	1.570	(10.602)	(8.242)	(14.933)
Ajustes:				
Outros	107	(37)	82	213
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social	**1.677**	**(10.639)**	**(8.160)**	**(14.720)**
Alíquota efetiva	-	34%	34%	33%

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para os optantes, cuja opção poderá ser exercida até 07/11/2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para os não optantes, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos da lei, e fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

14. Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR – Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR – Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de setembro de 2014, foram reconhecidos em receita financeira – atualização do contas a receber da concessão – VNR o montante de R$3.788.

Notas Explicativas

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de setembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/09/2014	31/12/2013
Ativo financeiro - 31/12/2013 e 31/12/2012	**285.875**	**217.739**
Adições no período (*)	19.725	56.221
Baixas no período	(1.118)	(770)
Ativo financeiro-30/09/2014 e 31/12/2013	**304.482**	**273.190**
Atualização contas a receber da concessão - VNR	3.788	12.685
Ativo financeiro custo corrigido -30/09/2014 e 31/12/2013	**308.270**	**285.875**
Circulante	308.270	-
Não Circulante	-	285.875

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

15. Intangível e Imobilizado

	30/09/2014	31/12/2013
Intangível - Contrato da concessão	15.209	19.704
Imobilizado	6.435	6.843
Total	**21.644**	**26.547**

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo Inicial 31/12/2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/09/2014
Intangível em Serviço						
Custo:	299.526	-	1.789	(3.354)	-	297.961
Amortização Acumulada	(263.440)	-	-	3.277	(19.118)	(279.281)
Subtotal	36.086	-	1.789	(77)	(19.118)	18.680
Em Curso	12.148	36.530	(2.247)	(23.548)	-	22.883
Total Intangível	**48.234**	**36.530**	**(458)**	**(23.625)**	**(19.118)**	**41.563**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	42.931	-	208	-	-	43.139
Amortização Acumulada	(32.503)	-	-	-	(5.453)	(37.956)
Subtotal	10.428	-	208	-	(5.453)	5.183
Em Curso	18.102	7.100	(208)	(3.823)	-	21.171
Total das obrigações vinculadas à concessão	28.530	7.100	-	(3.823)	(5.453)	26.354
Total Intangível	**19.704**	**29.430**	**(458)**	**(19.802)**	**(13.665)**	**15.209**
Imobilizado em Serviço						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	5.754	-	429	-	-	6.183
Veículos	800	-	-	(611)	-	189
Móveis e utensílios	2.955	-	29	-	-	2.984
Depreciação Acumulada	(2.875)	-	-	602	(857)	(3.130)
Total Imobilizado em serviço	**6.843**	**-**	**458**	**(9)**	**(857)**	**6.435**
Total	**26.547**	**29.430**	**-**	**(19.811)**	**(14.522)**	**21.644**

(*) Das baixas no montante de R$19.811, R$19.725 foi transferido para o contas a receber da concessão e R$86 referem-se a baixas realizadas no período.

Notas Explicativas

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,98% (3,83% em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em junho de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor (1)	122.274	117.031
Participação da União – recursos CDE (2)	34.976	34.976
Participação do Governo do Estado (2)	16.596	16.596
Reserva para reversão (3)	1.409	1.409
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	5.077	3.221
(-) Amortização acumulada	(37.956)	(32.503)
Total	**142.376**	**140.730**
Alocação:		
Contas a receber da concessão	116.022	112.200
Infraestrutura – Intangível em serviço	5.183	10.428
Infraestrutura - Intangível em curso	16.094	14.881
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	5.077	3.221
Total	**142.376**	**140.730**

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União – recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais.

Em 30 de setembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R$5.077 (R$3.221 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

A ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/09/2014
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

16. Fornecedores

	30/09/2014	31/12/2013
Suprimento (1):		
Contratos Bilaterais	23.691	18.348
CCEE	-	8.322
Operador Nacional do Sistema Elétrico (1)	699	1.002
Encargo de serviços no sistema (1)	807	1.304
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	1.933	1.650
Conexão a rede (1)	129	102
Materiais e serviços e outros (2)	7.200	8.856
Total	**34.459**	**39.584**
Circulante	33.715	38.840
Não circulante	744	744

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

Notas Explicativas

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/9/2014	31/12/2013	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III (*)	124	-	15.000	15.124	15.112	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	57	1.042	2.210	3.309	4.161	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	9	18	29	37	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	324	1.326	5.941	7.591	8.676	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	257	717	982	1.192	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	7.061	-	7.061	15.415	
Banco HSBC - repasse BNDES	3	511	368	882	1.268	
Banco HSBC - repasse BNDES	3	289	155	447	625	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	319	182	506	747	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	6	451	2.410	2.867	3.209	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	172	840	1.015	1.080	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	4	188	1.004	1.196	1.338	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	1	298	1.590	1.889	2.115	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	743	372	1.116	1.675	
Banco Itaú BBA - FINAME	39	1.335	11.720	13.094	8.950	
Caixa Econômica Federal - FINAME	39	494	3.337	3.870	4.277	
Banco Bradesco – CCB	2.978	12.500	12.500	27.978	25.795	(1) e (2)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	125	6.497	10.330	16.952	13.375	
Total em moeda nacional	**3.722**	**33.492**	**68.694**	**105.908**	**109.047**	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(73)	-	(125)	(198)	(271)	
Em moeda estrangeira						
Citibank	-	-	40.319	40.319	38.770	(2)
Bank of America Merrill Lynch	594	69.890	-	70.484	67.048	(2)
Banco Itaú BBA	47	73.530	-	73.577	70.953	(2)
Total em moeda estrangeira	**641**	**143.420**	**40.319**	**184.380**	**176.771**	
Total	**4.290**	**176.912**	**108.888**	**290.090**	**285.547**	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R$1.031 (R$909 em 31 de dezembro de 2013) registrados na rubrica, “aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, foi suspensa a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

(2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merril Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 26).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx. de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	57	CDI	+ 0,7%	10,79%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	18	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	18	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	31	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás – subtransmissão	fev-2018	mensal	Recebíveis	21	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás – Devolução LPT	mar-2015	mensal	Recebíveis	1	Selic Acumulada		10,43%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	11	TJLP	+ 4,3%	9,31%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	10	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	5,07%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	10	TJLP	+ 3,9%	8,91%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	38	TJLP	+ 4,75%	9,76%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	38	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	5,13%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	38	TJLP	+ 5,95%	10,97%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	40	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	11	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco Itaú BBA – FINAME	Até abr-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	49	pré-fixado	De 2,5% a 10%	De 2,5% a 10%	
Caixa Econômica Federal – FINAME	jan-2022	mensal	Aval Energisa S.A	44	pré-fixado	8,7%	8,7%	
Banco Bradesco – CCB	nov-2015	anual	-	6	CDI	+ 1,25%	11,37%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	dez-2023	mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	27	TJLP + 2,25% a 4,15%		7,23% a 9,16%	
Citibank	Set-2017	Final	Aval Energisa S.A		Libor + 1,36%		12,64%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	Out-2014	final	Aval Energisa S.A	1	libor	+ 2,0%	13,32%	(1)
Banco Itaú BBA	Set-2015	final	Aval Energisa S.A	12	Dólar + 2,95%		7,52%	(1)

(1) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos períodos/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2014	31/12/2013
US$ x R$	4,63%	14,64%
TJLP	3,73%	5,00%
SELIC	7,90%	8,22%
CDI	7,83%	8,06%
IPCA	4,61%	5,91%
IGP-M	1,75%	5,53%

Notas Explicativas

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
2015	14.917
2016	8.538
2017	47.887
2018	11.492
2019	11.419
Após 2019	14.635
Total	**108.888**

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012	**285.547**	**278.112**
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	55.525	21.933
Encargos de dívidas – juros, variação monetária e cambial	19.081	37.060
Pagamento de principal	(60.992)	(37.066)
Pagamento de juros	(9.071)	(14.492)
Saldos em 30/09/2014 e 31/12/2013	**290.090**	**285.547**
Circulante	181.202	149.386
Não circulante	108.888	136.161

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	-	-	125	149
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	18	31	-	-	49
Total	**42**	**31**	**-**	**125**	**198**

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	7ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	10,78% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 30/09//2014 (*)	**61.996**
Circulante	61.996
Saldos em 31/12/2013 (*)	**60.051**
Circulante	60.051

(*) Deduzido de R$98 (R$195 em 31 dezembro de 2013), referente a custos de captação incorridos na contratação.

Notas Explicativas

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, foi suspensa a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012	**60.051**	**46.734**
Recolocação de Debêntures	-	13.101
Encargos de dívidas – juros, variação monetária	5.237	4.984
Pagamento de juros	(3.292)	(4.768)
Saldos em 30/09/2014 e 31/12/2013 - circulante	**61.996**	**60.051**

19. Tributos e Contribuições Sociais

	30/09/2014	31/12/2013
ICMS	18.993	17.824
Encargos Sociais	725	842
IRPJ	6.318	6.264
CSSL	2.989	2.808
PIS/COFINS	3.329	4.104
IRRF	413	144
Outros	597	668
Total	**33.364**	**32.654**
Circulante	24.341	25.295
Não circulante	9.023	7.359

20. Parcelamento de impostos

A Energisa MG possui parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período, foram efetuados pagamentos de R$1.192 (R$1.289 31 de dezembro de 2013) e atualização de juros Selic de R$115 (R$158 em 30 de setembro 2013).

Em 30 de setembro de 2014, o saldo do parcelamento é de R$919 (R$1.996 em 31 de dezembro de 2013) e o número de parcelas a serem quitadas são 6.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	30/09/2014	31/12/2013
2014	399	1.497
2015	520	499
Total	**919**	**1.996**
Circulante	919	1.497
Não circulante	-	499

Notas Explicativas

21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/09/2014
Trabalhistas	2.642	1.171	(995)	123	2.941
Cíveis	2.946	273	(260)	139	3.098
Fiscais	152	70	-	7	229
Total	**5.740**	**1.514**	**(1.255)**	**269**	**6.268**
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.155)				(1.420)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R$1.458 (R$1.634 em 31 de dezembro de 2013) dos quais R$38 (R$479 em 31 de dezembro de 2013), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período findo em 30 de setembro de 2014, foram pagos o montante de R$945 (R$1.241 em 31 de dezembro de 2013), sendo de indenizações trabalhistas R$504 (R$592 em 31 de dezembro de 2013) e de indenizações cíveis R$441 (R$649 em 31 de dezembro de 2013).

Perdas prováveis

- **Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

- **Fiscais**

Refere-se basicamente Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8, que anulará a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R$127.373 (R$102.525 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R$9.353 (R$2.503 em 31 de dezembro de 2013), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia

Notas Explicativas

reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no período.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R$64.226 (R$57.092 em 31 de dezembro de 2013), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R$53.794 (R$42.930 em 31 de dezembro de 2013), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual garantimos a execução e interpusemos embargos a execução na busca de afastar esta cobrança indevida, ocorrendo somente atualização monetária no período.

22. Patrimônio líquido

Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R$44.171 (R$44.171 em 31 de dezembro de 2013), atribuídos a 450.712 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

Notas Explicativas

23. Receita operacional

	30/09/2014				30/09/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2014 à 30/09/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013
	Nº de consumidores	MWh	R$	R$	Nº de consumidores	MWh	R$	R$
Residencial	313.614	358.207	61.664	184.515	304.277	331.096	54.327	168.880
Industrial	3.705	128.268	17.880	50.857	3.728	131.234	17.265	51.213
Comercial	34.787	174.905	27.845	96.934	34.216	160.551	27.983	86.893
Rural	66.549	122.968	16.991	59.274	65.696	118.199	19.166	50.162
Poder Público:								
Federal	65	370	58	170	63	357	54	164
Estadual	571	7.827	1.180	3.572	557	7.557	1.105	3.451
Municipal	3.432	16.488	2.482	7.512	3.348	15.918	2.324	7.258
Iluminação Pública	254	56.895	5.625	15.928	252	54.916	5.151	14.864
Serviço Público	578	28.961	3.720	11.755	554	27.934	3.597	10.619
Consumo Próprio	117	2.721	-	-	101	2.560	-	-
Subtotal	**423.672**	**897.610**	**137.445**	**430.517**	**412.792**	**850.322**	**130.972**	**393.504**
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	4.299	12.542	-	-	3.620	10.023
Suprimento	-	24.785	1.773	1.800	-	-	5	(564)
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(5.849)	(521)	(1.710)	-	(1.221)	856	(2.791)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	33	-	7.624	21.780	32	-	6.790	22.527
Receita de Construção	-	-	11.708	29.851	-	-	12.419	48.472
Outras receitas operacionais	-	-	1.234	3.457	-	-	1.367	3.971
Total - Receita Operacional Bruta	**423.705**	**916.546**	**163.562**	**498.237**	**412.824**	**849.101**	**156.029**	**475.142**
Deduções da Receita Operacional								
ICMS	-	-	30.366	89.767	-	-	25.869	79.085
PIS	-	-	2.488	7.709	-	-	2.444	7.122
COFINS	-	-	11.460	35.508	-	-	11.257	32.804
ISS	-	-	13	37	-	-	22	64
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-	-	(1.160)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	527	1.631	-	-	501	1.472
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	1.830	4.964	-	-	1.041	3.126
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	-	-	-	834
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D	-	-	526	1.631	-	-	509	1.575
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	470	1.856	-	-	603	1.581
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**47.680**	**143.103**	**-**	**-**	**42.246**	**126.503**
Total Receita Operacional Liquida	**423.705**	**916.546**	**115.882**	**355.134**	**412.824**	**849.101**	**113.783**	**348.639**

Notas Explicativas

24. Custo Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/09/2014	30/06/2013	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Energia de Itaipu - Binacional	217.173	214.476	9.398	27.943	10.217	27.394
Energia de leilão	79.883	30.077	7.589	18.125	1.901	7.270
Energia bilateral	494.147	458.860	36.814	103.839	29.340	91.811
Cotas de Angra REN 530/12	36.504	36.701	1.815	5.444	1.664	4.992
Energia de curto prazo - CCEE	46.147	67.070	1.391	32.117	5.921	19.523
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	137.346	136.089	1.449	4.291	1.551	4.303
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	20.792	20.640	2.152	6.455	2.083	6.249
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(25.015)	(8.013)	(12.352)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(5.255)	(14.743)	(4.478)	(12.416)
Total	**1.031.992**	**963.913**	**55.353**	**158.456**	**40.186**	**136.774**

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a setembro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	2.529
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	6.686
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	7.154
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	3.853
Maio	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	3.736
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	1.057
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	-
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	-
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	-

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a setembro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

Notas Explicativas

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 30/09/2014 e 31/12/2013
Riscos Nomeados	23/10/2014	35.320	269
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	116
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	até R$360 / veículo	96
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	48.209	214
			695

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

26. Intrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	17.717	17.717	11.415	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	12.701	12.701	31.267	31.267
Consumidores e concessionárias	78.157	78.157	74.412	74.412
Títulos de créditos a receber	2.020	2.020	2.625	2.625
Conta a receber da concessão	308.270	308.270	285.875	285.875
Instrumentos financeiros derivativos	29.345	29.345	31.295	31.295
PASSIVO				
Fornecedores	33.879	33.879	39.584	39.584
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	352.086	350.877	345.598	346.943

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, estão identificadas a seguir:

Notas Explicativas

Não derivativos – classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures – Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures (EMG). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Notas Explicativas

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/09/2014	31/12/2013
Dívida (a)	352.086	345.598
Caixa e equivalentes de caixa	(17.717)	(11.415)
Dívida líquida	**334.369**	**334.183**
Patrimônio líquido (b)	91.188	63.895
Índice de endividamento líquido	3,66	5,23

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	33.135	-	-	-	744	33.879
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,61%	169.423	92.028	75.544	40.465	20.038	397.498
Total		**202.558**	**92.028**	**75.544**	**40.465**	**20.782**	**413.377**

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	17.717	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	12.701	31.267
Consumidores e concessionárias	78.157	74.412
Títulos de créditos a receber e outros	2.020	2.625
Conta a receber da concessão	308.270	285.875
Instrumentos financeiros derivativos	29.345	31.295

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 26.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Notas Explicativas

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2014, com alta de 4,63% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R$2,4510/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2014 era de 19,45%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia de R$352.382 (R$346.064 em 31 de dezembro de 2013), R$184.380 (R$176.771 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares, provenientes de (i) empréstimo captado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período era US$16,5 milhões (US$16,5 de principal), (ii) US$28,6 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US$28,5 de principal) e (iii) US$30,1 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US$30 milhões de principal).

Os empréstimos têm custos de até US$ + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo 27 de outubro de 2014 e 28 de setembro de 2017, respectivamente.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 apresenta R$28.960 no ativo circulante e R$385 (R$31.295 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
Citibank	16.450		28/09/2017	-
P. Ativa		Libor + 1,36%		
P. Passiva		113,9% CDI		
Loan 4131				
BAML	28.515		27/10/2014	2,9828 (Out-14)
P. Ativa		Libor + 2,00%		
P. Passiva		91,0% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA			21/09/2015	2,85 (Set-15)
P. Ativa	30.000	VC + 3,93%		
P. Passiva		101,5% CDI		

Notas Explicativas

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R$/US$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu com a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco. Neste sentido, em 13 de setembro de 2013, a administração da Companhia elevou os limitadores com vencimento no ano de 2014 dos swaps associados aos empréstimos em dólar, de forma a minimizar o risco de perdas por alta do US$, caso o mercado se torne turbulento por circunstância das eleições presidenciais e outros eventos no mercado local e externo. Os novos limitadores dos swaps podem ser vistos no quadro abaixo:

Vencimento	Notional (em mil)	Strike Anterior	Strike Atual (pós ajuste)
27/10/2014	28.515	2.9170	2.9828

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

Valor de Referência			Descrição	Valor Justo	
	30/09/2014	31/12/2013		30/09/2014	31/12/2013
Swap com opções – Citibank e Merrill Lynch	201.018	190.734	Posição Ativa		
			Taxa de Juros LIBOR/USD	239.668	231.581
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(207.474)	(194.471)
			Opções de Moeda Estrangeira (US$)	(2.848)	(5.815)
			Posição Total Swap Com Opções	29.346	31.295

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	-	Alta do US$	16.509	(26.152)	(68.812)
Swap com Opções:					
Posição Ativa	239.668		170.642	213.303	255.964
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(207.474)		(154.958)	(154.958)	(154.958)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(2.848)		-	(6.294)	(39.092)
Subtotal	**29.346**		**15.684**	**52.051**	**61.914**
Líquido	-		**32.193**	**25.899**	**(6.898)**

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2014, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R$32.193, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R$25.899 e negativo de R$6.899, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro liquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	25.648	Alta CDI	724	897	1.067
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(112.208)	Alta CDI	(2.966)	(3.673)	(4.367)
	(22.405)	Alta TJLP	(275)	(342)	(375)
Subtotal (**)	(134.613)		(3.241)	(4.015)	(4.742)
Total - (Perdas)	**(108.965)**		**(2.517)**	**(3.118)**	**(3.675)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (11% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R$184.380 e pré fixadas no valor de R$33.093.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	30/09/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	12.701	31.267
Instrumentos financeiros derivativos	2	29.345	31.295
Contas a receber da concessão	3	308.270	285.875

27. Benefícios a empregados

- **Plano de suplementação de aposentadoria e pensões**

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 30 de setembro de 2014, as despesas de patrocínio dos planos foram de R$349 (R$283 em 30 de setembro de 2013).

- **Prêmio aposentadoria**

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida.

Em 30 de setembro de 2014, a despesa com o prêmio de aposentadoria foi de R$247 (R$276 em 30 de setembro de 2013).

- **Plano de saúde**

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período de 30 de setembro de 2014 as despesas com esse benefício foram de R$578 (R$505 em 30 de setembro de 2013).

Notas Explicativas

28. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - R$ MIL						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	47.024	194.070	189.163	194.554	199.988	3.289.814

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

29. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

30. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de setembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/09/2014	31/12/2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	19.725	56.221
Atualização contas a receber da concessão - VNR	3.788	12.685
Fornecedores	2.302	2.997
Atividades de investimentos		
Intangível	7.697	8.425
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	4.817	4.343

31. Eventos subsequentes

Em ata de reunião do Conselho de Administração no dia 17 de outubro de 2014, foi aprovada a rolagem de empréstimo contratado pela Companhia em 17 de outubro de 2011, por meio da celebração de operação substituta a ser contratada da seguinte forma: (i) operação de financiamento junto ao Bank of America, N.A. (“BANA”) no valor de US$28.515 com vencimento em 10 de junho de 2015, mediante emissão de nota promissória em favor do BANA em valor correspondente a 120% do empréstimo; (ii) operações de (a)hedge na modalidade swap do fluxo de pagamentos do empréstimo, e (b) câmbio de forma a viabilizar a conversão do valor do empréstimo em reais junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A..

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.

Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Conforme mencionado na nota 24, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a setembro de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Cia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não se aplica à Companhia.